

# COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

## 13º Boletim de Acompanhamento

11 de setembro de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo terceiro boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

### 1. DAS AUDIÊNCIAS

No dia 8 de setembro, foi realizada audiência pública para apresentar e debater as atualizações dos dados científicos relacionados à Covid-19, informações sobre testes diagnósticos, tratamentos, imunologia e prognóstico da evolução da doença, e para debater o tema “Brasil pós-Covid-19”. Foram convidados os Senhores Jacson Venâncio Barros, Diretor do Departamento de Informática do SUS (DATASUS); Sérgio Rezende, Ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus formado pelo Consórcio Nordeste; Juan Cortéz, Oficial Nacional da Unidade de Vigilância, Preparação e Resposta a Emergências e Desastres da OPAS/OMS; e André Tortato Rauen, Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O primeiro a falar foi o senhor Jacson Venâncio Barros. Esses foram os aspectos abordados em sua apresentação:

- O Ministério da Saúde está trabalhando na consolidação de dados da saúde desde antes da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, o Diretor do DATASUS ponderou que o Brasil carece de estratégias digitais na área da saúde;
- Um dos objetivos do Departamento de Informática do SUS é reunir as informações de saúde existentes em todos os pontos da rede de atenção em saúde (pública e privada) para permitir a continuidade e transição do cuidado. Nessa linha, foi criado o “Conecte SUS” que conterá um conjunto mínimo de dados que irá abranger resumo de atendimento, sumário de alta, imunização, medicamentos dispensados e exames realizados. Essa plataforma conectará os pacientes, profissionais de saúde e gestores de saúde. Qualquer profissional de saúde habilitado poderá consultar todo o histórico do paciente para tomada de decisões.
- A estratégia de imunização da Covid-19 será sustentada pelo programa “ConecteSUS”. O objetivo é que a aplicação da vacina fique registrada na Carteira Digital de Vacinação disponível no referido aplicativo.

O segundo a falar foi o senhor Juan Cortéz. Os principais pontos mencionados foram:

- O maior número de casos reportados nas últimas 24 horas, considerando-se o dia 7 de setembro, foi observado na região Sudeste (3.338). São Paulo é o estado com o maior número de casos reportados nesse período (1.608 casos adicionais);
- Já o maior número de óbitos nas últimas 24 horas, considerando-se também o dia 7 de setembro, foi encontrado na região Nordeste, um total de 99 mortes, das quais 35 mortes na Bahia;
- A aliança Covax, esforço coletivo de países para acelerar o desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus, tem o objetivo de disponibilizar 2 bilhões de doses para serem distribuídas de forma equitativa até o final de 2021.

O penúltimo convidado a fazer sua apresentação foi o Senhor Sérgio Rezende. Podem ser destacadas as seguintes considerações:

- O Comitê Científico do Consórcio Nordeste é composto por 9 (nove) Subcomitês que atuam em diversas áreas como virologia, vacina, diagnóstico laboratorial, equipamentos hospitalares, pesquisa, epidemiologia, modelos matemáticos, entre outras áreas;
- São elaborados pelo Comitê boletins periódicos com recomendações para os Governadores;
- O boletim elaborado no começo de junho trouxe várias orientações sobre os critérios que devem ser avaliados para flexibilização das medidas de distanciamento social;
- Com o objetivo de avaliar o risco do relaxamento das medidas de contenção do vírus, deve ser considerado como está a tensão no sistema de saúde (risco de colapso dos serviços de saúde), a situação local da epidemia (quantidade de casos confirmados, mortes e situação da imunidade populacional); isolamento social e influência geográfica;
- O Comitê previu que o Brasil teria algo em torno de 120.000 óbitos em primeiro de setembro, e foi o que aconteceu. Considerou que se o confinamento social tivesse sido de 60% como foi na Alemanha, teríamos algo em torno de 22.000 óbitos. Ou seja, 100.000 vidas teriam sido poupadas;
- Os países que tiveram maior quantidade de óbitos por milhão de habitantes foi o Peru, o Reino Unido e a Espanha. O Brasil ocupa o quarto lugar de acordo com dados até o dia 7 de setembro. O Senhor Sérgio considerou que foram locais onde houve forte negação da ciência e o distanciamento social não foi aplicado de forma consistente;
- A falta de um plano federal de combate à pandemia faz com que o Brasil seja um dos epicentros da Covid-19. A situação poderia ser pior se o País não tivesse o Sistema Único de Saúde, mesmo com suas fragilidades.

O Senhor André Tortato foi o quarto palestrante. Suas principais contribuições foram:

- O IPEA elaborou um documento intitulado “Brasil Pós-Covid-19”. Esse material contém 33 propostas de curto prazo de políticas públicas com as respectivas ações legais necessárias para que possam ser efetivadas;
- Os dados são muito contundentes com relação à deterioração das contas públicas no Brasil. No início da pandemia, a questão fiscal já era muito delicada. Assim, o país agora tem um duplo desafio: enfrentar a pandemia e cuidar da situação fiscal;
- A equipe de macroeconomia do IPEA previu para esse ano decréscimo de 6% do PIB;
- A velocidade de retomada do crescimento em 2021 dependerá da adoção de algumas medidas como a reforma tributária. Se as medidas forem tomadas de forma célere, o crescimento poderá ser de 4,7% do PIB. Na ausência de reformas, o crescimento poderá ficar em 3,6% do PIB. Isso se a questão da crise sanitária for corrigida neste ano. Infelizmente são diversas incertezas relacionadas à Covid-19. Não sabemos quando teremos um tratamento efetivo, nem como será o processo de imunização;
- Uma importante estratégia mencionada pelo convidado foi a concessão de empréstimos para micro e pequenas empresas de modo a garantir a preservação do tecido produtivo. Esses empréstimos seriam a juros zero e vinculados ao faturamento futuro. O pagamento só ocorreria se tivesse um mínimo de faturamento;
- O representante do IPEA mencionou o valor do apoio à base tecnológica ligada a demandas concretas do Sistema Único de Saúde. A partir da análise dessas demandas seriam apoiadas iniciativas de inovação em startups, pequenas e médias empresas;
- Há necessidade de encomenda tecnológica para elaborar um sistema autônomo de gestão de recursos hospitalares. Por exemplo, citou que pode ser utilizada inteligência artificial para fazer gestão eficiente de leitos hospitalares.
- O Brasil precisará de recursos privados externos para investimento em grandes projetos de infraestrutura;
- A pandemia tornou mais evidente ainda a necessidade de expansão do acesso aos serviços de saneamento básico em favelas e demais áreas irregulares.
- Também deve ser feita encomenda tecnológica de vacina tríplice efetiva para a dengue, zika e chikungunya
- O IPEA está discutindo com a Casa Civil e o Ministério da Saúde a modelagem contratual de participação no consórcio de produção de vacinas (Covax).

## 2. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### 2.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 591,6 bilhões em 6/9/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 379,7 bilhões (64,2% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde março, por tipo de crédito.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

	R\$ milhões						
TIPO DE CRÉDITO	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020*
<b>Créditos Extraordinários</b>							
Dotação	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	590.874,7
Pago	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	379.599,5
% Execução	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	64,2%
<b>Créditos Iniciais</b>							
Dotação	0,0	194,3	253,6	327,5	690,1	703,5	703,7
Pago	0,0	2,0	8,0	23,7	56,6	111,9	121,5
% Execução	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	15,9%	17,3%
<b>Total</b>							
Dotação	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	591.578,5
Pago	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	379.721,0
% Execução	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	64,2%

\* Data da última extração do SIAFI: 6/9/2020

Relativamente aos créditos extraordinários, em particular, a Tabela 2 detalha a execução financeira dos valores autorizados em nível de ações.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

R\$ milhões			
Ações orçamentárias	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240,0	212.760,7	83,7%
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600,9	0,0	0,0%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189,5	45.111,7	74,9%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	22.657,1	43,9%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	46.780,8	32.380,2	69,2%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000,0	17.000,0	50,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	27.900,0	27.900,0	100,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	20.000,0	10.000,0	50,0%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	16.000,0	10.061,7	62,9%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	418,5	8,4%
8442 - Transferência de Renda (Complemento do Bolsa Família)	3.037,6	369,3	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000,0	28,8	1,0%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	900,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320,1	10,9	3,4%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43,1	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	0,6	3,4%
<b>Total</b>	<b>590.874,7</b>	<b>379.599,5</b>	<b>64,2%</b>

Data da última extração do SIAFI: 6/9/2020

## 3. SUB-RELATORIA - SISTEMA FINANCEIRO E CRÉDITO

### 3.1. Propostas Legislativas

Foi editada a Medida Provisória nº 996, de 25 de agosto de 2020, que institui o Programa Casa Verde e Amarela. O Programa tem como *finalidade de promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), e a famílias residentes em áreas rurais, com renda anual de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), associado ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural.*

O “Casa Verde e Amarela” englobará o “Minha Casa Minha Vida” e os demais programas habitacionais do governo, expandindo o seu foco, que agora inclui regularização fundiária e melhorias habitacionais. Essa expansão é boa e ajudará principalmente famílias que vivem em situação precária, em habitações inadequadas e/ou sem a propriedade de seus imóveis.

### 3.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 34ª semana de 2020, ou seja, da primeira semana útil de 2020 até a semana de 3 a 7 de agosto, foram liberados R\$ 1.031,3 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 870,2 bilhões, o que corresponde a um aumento de 18,5%. Para as pessoas físicas, até a 34ª semana de 2020, foram liberados R\$ 462,1 bilhões, ante R\$ 430,7 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 7,3%.

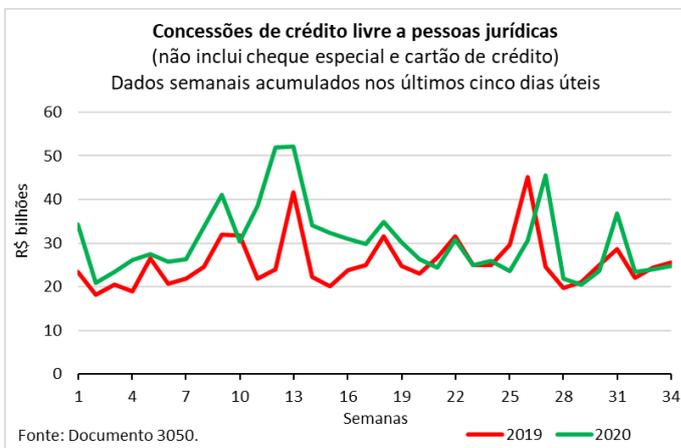
Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 34ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.493,4 bilhão, ante R\$ 1.300,9 bilhão em 2019. Um aumento de 14,8%.

A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir.

**Concessões semanais PJ**

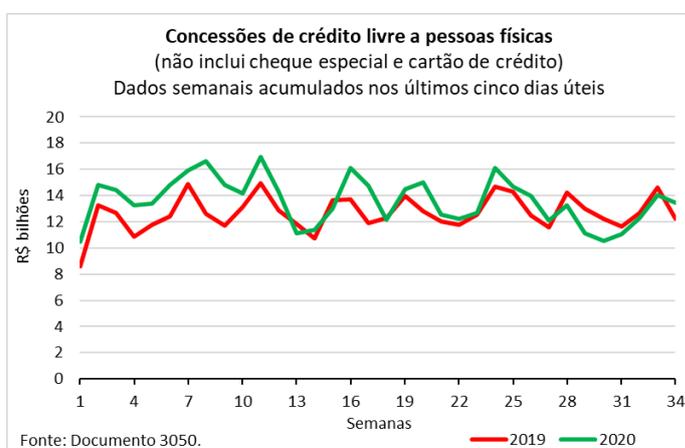
R\$ bilhões

Semana	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5
30	25,0	23,5
31	28,6	36,8
32	22,1	23,5
33	24,4	23,9
34	25,6	24,8



### Concessões semanais PF

R\$ bilhões		
Semana	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6
31	11,7	11,1
32	12,7	12,3
33	14,6	14,1
34	12,2	13,5



### 3.3. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

#### Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 28/8/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	322.852	79.300	97.665	257.446	95.024	43.865	39.229	133.941	12.018.040	597.876	82.710
S2	63.297	15.081	2.323	27.630	4.914	555	127	277	1.144.700	153.929	11.477
S3	57.403	23.877	5.205	39.446	14.649	2.932	1.405	8.847	229.836	24.358	8.315
S4	17.038	15.725	3.708	10.548	2.018	3.671	227	5.490	177.270	12.520	4.097
Cooperativas	2.396	15.880	21.974	40.549	686	2.494	2.721	3.704	819.352	30.988	5.766
<b>Totais</b>	<b>462.985</b>	<b>149.863</b>	<b>130.875</b>	<b>375.618</b>	<b>117.291</b>	<b>53.518</b>	<b>43.709</b>	<b>152.259</b>	<b>14.389.198</b>	<b>819.672</b>	<b>112.367</b>

(1) PF refere-se aos produtos: Consignado, Veículos, Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito Rural.

Obs. Valor das operações em R\$ milhões; contratações em unidades

O Banco Central enviou dados relativos ao Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE. Os bancos ainda estão finalizando as alterações para operacionalização do programa e devem intensificar a oferta do produto em setembro, assim que cumprirem suas metas no PEAC-FGI. Também estão atentos a todas as propostas de emendas em relação à MP e isso acaba gerando expectativas acerca do desenho final do produto. Segue tabela com operações já reportadas até 28 de agosto. A expectativa do Banco Central é de que o programa empreste pelo menos R\$ 50 bilhões até o final do ano.

Operações classificadas ou possíveis de serem classificadas no CGPE, exceto as inseridas nos programas PESE e PRONAMPE.						
SEGMENTO e ES	Classificados como CGPE		Elegíveis como CGPE		Total	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)
<b>Microempresas</b>	<b>42</b>	<b>2,9</b>	<b>1.518</b>	<b>61,7</b>	<b>1.560</b>	<b>64,6</b>
BRB	42	2,9	-	-	42	2,9
Itaú	-	-	6	8,2	6	8,2
Caixa	-	-	1.512	53,5	1.512	53,5
<b>Pequenas Empresas</b>	<b>24</b>	<b>5,2</b>	<b>3.127</b>	<b>339,5</b>	<b>3.151</b>	<b>344,7</b>
BRB	23	4,9	-	-	23	4,9
Santander	1	0,3	-	-	1	0,3
Itaú	-	-	164	45,2	164	45,2
Caixa	-	-	2.963	294,3	2.963	294,3
<b>Médias Empresas</b>	<b>6</b>	<b>21,6</b>	<b>486</b>	<b>451,2</b>	<b>492</b>	<b>472,8</b>
BRB	1	0,2	-	-	1	0,2
Santander	5	21,4	-	-	5	21,4
Itaú	-	-	456	360,5	456	360,5
Caixa	-	-	30	90,7	30	90,7
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>29,7</b>	<b>5.131</b>	<b>852,4</b>	<b>5.203</b>	<b>882,1</b>
BRB	66	8,0	-	-	66	8,0
Santander	6	21,7	-	-	6	21,7
Itaú	-	-	626	413,9	626	413,9
Caixa	-	-	4.505	438,5	4.505	438,5

### 3.4. Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

O Portal do Empreendedor do Governo apresenta a distribuição dos recursos emprestados ou dados em garantia nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia. (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>)

De acordo com o Portal do Empreendedor do governo federal<sup>1</sup>, com dados revisados até 10/09, os programas emergenciais emprestaram R\$ 79,66 bilhões, com 622 mil contratos efetivados.

<sup>1</sup> <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

ATUALIZAÇÃO	30/06/2020		10/09/2020		08/09/2020		08/09/2020		02/09/2020		TOTAIS
SEGMENTO	PESE		PRONAMPE		PEAC-FGI		BNDES-GIRO		FAMPE		TOTAIS
	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS									
Microempresas			165.794	6,82	-	-	-	-	-	-	6,82
Pequenas Empresas	95.653	0,7728	162.590	18,10	-	-	-	-	-	-	18,87
Médias Empresas	17.730	3,76			-	-	-	-	-	-	3,76
-			66.849	3,31	-	-	-	-	-	-	3,31
<b>TOTAIS</b>	<b>113.383</b>	<b>4,53</b>	<b>395.233</b>	<b>28,23</b>	<b>60.121</b>	<b>41,91</b>	<b>18.810</b>	<b>2,74</b>	<b>30.474</b>	<b>2,25</b>	<b>79,66</b>
Dados atualizados e coletados do Emprestômetro											

**Em relação ao Pronampe, pode-se verificar que foram contratados até 10/09, R\$ 28,23 bilhões. Segundo o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Pedro Guimarães, somente no dia 10 a Caixa contratou e está contratando R\$ 2,55 bilhões e 40,1 mil contratos. A instituição está se credenciando para operar mais recursos. Pelos resultados do Pronampe fica claro que todos os recursos devem ser liberados rapidamente, e devem faltar recursos para as micro e pequenas empresas, neste Programa.**

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

O BNDES enviou à Comissão as ações emergenciais com os potenciais previstos e os valores realizados até 31/08, que seguem abaixo. Algumas ações como o CCP - cadeias produtivas, CDE – crédito direto emergencial, e Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, ainda não têm nenhum recurso aprovado. São R\$ 8 bilhões que podem ser alocados para estas ações.

Acompanhamento das ações emergenciais // [Resumo geral do desempenho](#)



Bloco	Ação	Potencial Inicial (R\$ Milhões)	Potencial Revisto (R\$ Milhões)	Realizado (Aprovado) (R\$ Milhões)	% (Realizado / Potencial)	Clientes	Agentes Financeiros	Empregados nas empresas apoiadas 3	Lançado em	Previsto até
MPME e Pessoas Físicas	Capital de Giro para MPME 5	5.000	10.000	6.899	138%	20.995	32	510.996	23-Mar	30-Set
	Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE 1	40.000	8.500	4.611	54%	114.013	10	1.941.399	20-Abr	31-Out
	FGI Emergencial - PEAC - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito 6	20.000	45.000	30.620	68%	35.798	20	1.657.305	30-Jun	31-Dez
	Standstill para operações indiretas automáticas	8.100	3.500	3.138	90%	28.550	47	1.827.694	31-Mar	21-Set
	Transferência PIS/PASEP para FGTS	20.000	20.000	20.000	100%	N/A	N/A	N/A	31-Mai	31-Mai
Setor de Saúde	Programa Emergencial para o Setor de Saúde	2.000	1.000	292	29%	11	N/A	N/A	13-Abr	30-Set
	Matchfunding Salvando Vidas	100	100	73	73%	N/A	N/A	N/A	30-Abr	31-Out
	Crédito Direto Emergencial Saúde	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
Grandes Empresas	Standstill para operações indiretas não-automáticas	2.500	1.290	1.263	98%	62	N/D	68.781	07-Abr	30-Jun
	Standstill para operações diretas - setor privado	18.900	9.150	8.015	88%	430	N/A	439.445	29-Mar	30-Jun
	CDE - Crédito Direto Emergencial (exceto saúde)	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
	CCP - Crédito Cadeias Produtivas 7	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	04-Jun	30-Set
	Conta-COVID: Energia	3.200	2.654	2.654	100%	0	N/A	N/D	31-Jul	28-Dez
Setor Público	Standstill para setor público 4	4.500	3.939	3.896	99%	57	N/A	N/A	17-Jun	31-Dez
	Saldo a Liberar - Estados	500	455	225	49%	7	N/A	N/A	17-Jun	31-Dez
<b>Total</b>		<b>134.800</b>	<b>115.587</b>	<b>81.687</b>	<b>71%</b>	<b>199.859</b>		<b>6.445.620</b>		

## 4. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA SAÚDE

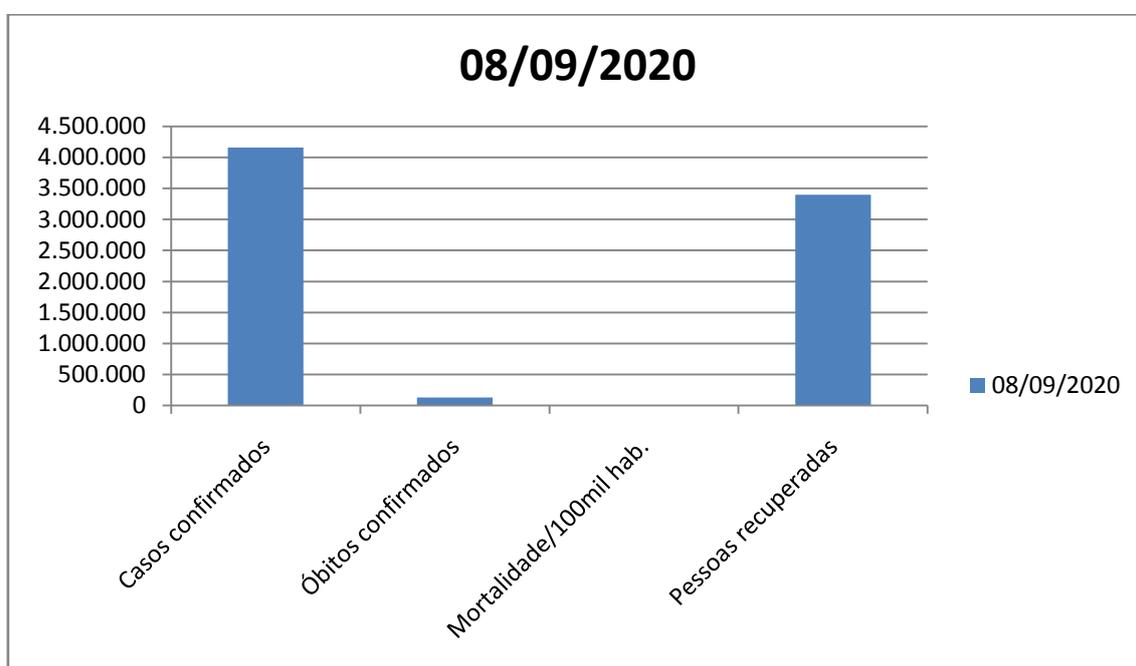
### 4.1. Dados Consolidados pelo Ministério da Saúde

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

No dia 8 de setembro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 4.162.073 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 127.464 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 60,7.

Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra 3.397.234 casos de pessoas recuperadas.

Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



### 4.2. Informações Divulgadas pela Imprensa:

Segundo dados de 8 de setembro de 2020, a imprensa noticiou 128.119 mortes e 4.179.471 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu em apenas um Estado (AM). Manteve-se estável no: PR, MG, MS, MT, AC, PA e CE. E, por fim, caiu em 19 Estados: RS, SC, ES, RJ, SP, DF, GO, AP, RO, RR, TO, AL, BA, MA, PB, PE, PI, RN, SE.

#### 4.2.1. Cenário de 1º a 09 de setembro de 2020.

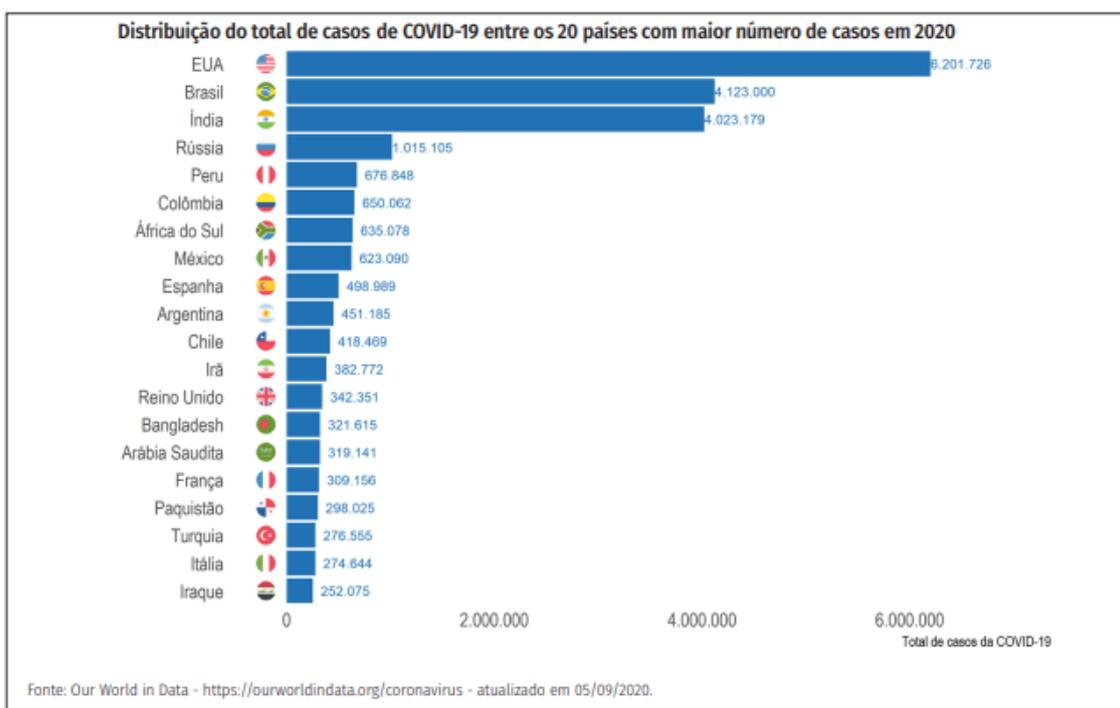
Em 1º de setembro o País completou quatro semanas com a média móvel de mortes por covid-19 em queda. Nos últimos sete dias, o Brasil registrou uma média de 859 óbitos por dia pela doença. Nas três semanas anteriores (contadas sempre de quarta a terça-feira), o número médio diário de vítimas havia sido de 950,

989 e 1 mil, respectivamente, o que, segundo especialistas, parece indicar um cenário de queda sustentada, embora lenta<sup>2</sup>.

O cenário, porém, ainda é preocupante e exige cuidados, dizem especialistas. Pois o número de novas infecções ainda é alto e a queda observada nas últimas semanas é pequena, o que não exclui o risco de um novo aumento.

Em 02 de setembro o país passou de 4 milhões de casos confirmados de Covid-19 desde o começo da pandemia. A média móvel de casos foi de 39.917 por dia, uma variação de +1% em relação aos casos registrados em 14 dias. O número de infectados dobrou em menos de 50 dias. Em 16 de julho, eram 2.014.738 casos confirmados<sup>3</sup>.

No dia 05 de setembro, foram confirmados 26.640.898 casos de COVID-19 no mundo. Os Estados Unidos foram o país com o maior número de casos acumulados (6.201.726), seguido pelo Brasil (4.123.000), Índia (4.023.179) e Rússia (1.015.105) e Peru (676.848)<sup>4</sup>. Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas:



Em 08 de setembro o Imperial College de Londres avaliou que a taxa de transmissão (Rt) da covid-19 no Brasil subiu ao índice 1, o que significa que cada infectado transmite a doença para mais uma pessoa. Segundo a pesquisa, índices de 1 para cima indicam descontrole da transmissão e, com isso, o Brasil volta ao rol de nações com a doença sendo considerada ativa<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,media-movel-de-obitos-cai-pela-4-semana-e-fica-em-859-cenario-ainda-preocupa,70003422202>

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/02/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-2-de-setembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

<sup>4</sup> <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/09/Boletim-epidemiologico-COVID-30.pdf>

<sup>5</sup> [https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4873940-covid-19-taxa-de-transmissao-brasileira-volta-a-nivel-de-descontrole.html?utm\\_source=onesignal&utm\\_medium=push](https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4873940-covid-19-taxa-de-transmissao-brasileira-volta-a-nivel-de-descontrole.html?utm_source=onesignal&utm_medium=push)

Em 09 de setembro o Brasil voltou a atingir mais de mil mortes por dia pela COVID-19, segundo o Ministério da Saúde foram 1.075 mortes e mais 35.816 casos<sup>6</sup>.

4.2.2. CNS alerta que a falta de dados sobre perfil da mortalidade por Covid-19 dificulta implementação de políticas mais efetivas.

O perfil de mortalidade da Covid-19 no Brasil foi tema de encontro virtual do Comitê do Conselho Nacional de Saúde – CNS, realizado em 27 de agosto. Para o conselheiro nacional de saúde Moyses Toniolo, que compõe a mesa diretora do CNS, a falta de transparência nas informações dificulta a implementação de políticas mais efetivas no enfrentamento à pandemia. O Conselho observou que se faz necessário conhecer o percentual global da população com doenças crônicas e outras patologias afetadas pela Covid-19, mais dados relacionados a morbimortalidade entre os trabalhadores da saúde e dados desagregados por raça/cor, com objetivo de facilitar a elaboração de estratégias no enfrentamento à pandemia<sup>7</sup>.

4.2.3. STF determina criação de barreiras para proteger indígenas da covid-19.

O Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal – STF, determinou, em 31 de agosto, que sejam consideradas para implantação imediata das barreiras as terras do Vale do Javari, Yanomami, Uru Eu WawWaw e Arariboia, em razão da maior vulnerabilidade desses povos e da situação de contágio no entorno. Nos termos da decisão, esses locais devem ser considerados como “prioridade 1”, a ser implementada ainda em setembro. O Ministro estabeleceu ainda que as terras apontadas como “prioridade 2” devem passar a ter barreiras a partir de outubro - pelo plano do governo, o prazo seria dezembro. Com a determinação, Barroso atende a um pedido apresentado pela APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil<sup>8</sup>.

4.2.4. Organização Mundial da Saúde critica movimentos antivacina.

O Diretor-Geral da OMS – Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, criticou discursos antivacina durante a entrevista coletiva da entidade, em 04 de setembro<sup>9</sup>.

"Os movimentos antivacina podem criar narrativas para lutar contra a vacina, mas os números das vacinas nos contam a sua própria história. As pessoas não devem ser confundidas por movimentos antivacina, mas ver como o mundo usou vacinas para combater a mortalidade infantil e para erradicar doenças. Olhe os relatórios das vacinas, olhem vocês mesmos, especialmente os pais, como as vacinas mudaram o mundo. Esperamos ter uma vacina contra a covid para o mundo voltar ao normal", disse Tedros.

---

<sup>6</sup><https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/amp/4874278-covid-19-brasil-volta-a-registrar-mais-de-mil-mortes-em-24-horas.html>

<sup>7</sup><http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1341-falta-de-dados-sobre-perfil-da-mortalidade-por-covid-19-dificulta-implementacao-de-politicas-mais-efetivas>

<sup>8</sup><https://noticias.r7.com/brasil/stf-determina-criacao-de-barreiras-para-proteger-indigenas-da-covid-19-31082020>

<sup>9</sup><https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/04/apos-fala-de-bolsonaro-oms-condena-discurso-antivacina.htm>

A cientista-chefe da OMS, SoumyaSwaminathan, também reforçou a eficácia da vacinação: "Vacinas são salvadoras de vidas. Com a pólio, que costumava matar milhões ao redor do mundo. É graças a essas vacinas que não vemos doenças como essas hoje", afirmou.

4.2.5. Metade das crianças brasileiras não recebeu todas as vacinas que deveria em 2020.

Dados do Programa Nacional de Imunização – PNI do Ministério da Saúde apontam que cerca de metade das crianças brasileiras não recebeu todas as vacinas previstas no Calendário Nacional de Imunização em 2020.

Segundo os índices do PNI, atualizados em 07 de setembro, a cobertura vacinal está em 51,6% para as imunizações infantis. O ideal é que ela fique entre 90% e 95% para garantir proteção contra doenças como sarampo (que tem índice ideal de 95%), coqueluche, meningite e poliomielite. Neste ano, entretanto, a cobertura vacinal da primeira dose da tríplice viral – que protege contra sarampo, caxumba e rubéola – está abaixo de 60%. A da segunda dose está abaixo de 50%. Nenhuma das vacinas previstas no calendário infantil teve índices acima de 60%.

O baixo índice de imunização já tem consequências: dados do Ministério da Saúde mostram que, até o início de agosto, o país tinha 7,7 mil casos confirmados de sarampo. No ano passado, o Brasil perdeu o certificado de erradicação da doença<sup>10</sup>.

### 4.3. Pesquisa, Ciência e Inovação.

4.3.1. Pesquisadores da USP trabalham em desenvolvimento de um teste mais barato para diagnosticar Covid-19 pela saliva.

Pesquisadores do Centro de Estudos do Genoma Humano e de Células-Tronco (CEGH-CEL), vinculados ao Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo – USP, estão trabalhando para concluir pesquisa de desenvolvimento de um teste capaz de diagnosticar a Covid-19 pela saliva. Segundo os pesquisadores o novo exame poderá custar um quarto do valor do teste de RT-PCR. O método será similar aos já desenvolvidos no Brasil e em outros países com o objetivo de aumentar a disponibilidade e a rapidez e diminuir os custos para realização de testes moleculares por meio de simplificações dos processos. Os pesquisadores pretendem, agora, avançar na etapa de padronização do teste<sup>11</sup>.

4.3.2. Vacina: Universidade Johns Hopkins recomenda que profissionais de saúde da linha de frente na pandemia e idosos tenham prioridade.

Um relatório elaborado pelo Centro Johns Hopkins para Segurança Sanitária, nos Estados Unidos, recomendou que alguns grupos devam ter prioridade na vacinação. No primeiro grupo estão incluídos profissionais essenciais para sustentar a resposta contínua da Covid-19. Nesse grupo devem estar também os vulneráveis, como aqueles com idade superior a 65 anos, os que vivem com eles ou

---

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/09/08/metade-das-criancas-brasileiras-nao-receberam-todas-as-vacinas-que-deveriam-em-2020-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>

<sup>11</sup> <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/08/brasileiros-criam-teste-mais-barato-para-diagnosticar-covid-19-pela-saliva.html>

seus cuidadores e grávidas. No segundo grupo, estão os profissionais de saúde que não estão diretamente envolvidos na resposta ao coronavírus, como equipe de farmácia; pessoas que vivem longe de cuidados de saúde, como população indígena; funcionários de setores chave, como eletricidade e saneamento; equipes de entrega; militares e policiais<sup>12</sup>.

## 4.4. Atividades Importantes do Ministério da Saúde

### 4.4.1. Ministério da Saúde disponibiliza painel de compras no combate à Covid-19

A partir de agora todo cidadão pode acompanhar as compras realizadas pelo Ministério da Saúde para apoiar os estados e municípios no combate à Covid-19. Os dados estão disponibilizados na plataforma Localiza SUS (<https://localizasus.saude.gov.br/>), no Painel de Contratações. Nele estão reunidos dados de pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação cadastradas no Comprasnet, bem como contratações realizadas com base em outras hipóteses legais, mas que estejam relacionadas ao enfrentamento da pandemia.

Assim, qualquer pessoa pode acompanhar os dados pela plataforma, que pode ser acessada também pelo celular. O objetivo da ferramenta é dar ainda mais transparência sobre o cenário atual da doença no Brasil, além de auxiliar no planejamento das ações de proteção e assistência à população.

O Painel de Contratações é interativo, facilitando o acesso a dados de compras por estado, com detalhamento das aquisições por item e por fornecedor e ainda detalhamento por contrato e nota de empenho. Há ainda um tutorial para auxiliar a navegação. Os dados são abertos, o que significa que qualquer pessoa pode fazer *download* e utilizá-los para análises e avaliações de cenários. As informações são atualizadas diariamente.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47448-ministerio-da-saude-disponibiliza-painel-de-compras-no-combate-a-covid-19>

### 4.4.2. Ministério da Saúde reforça compromisso em garantir uma vacina segura e eficaz contra a Covid-19

Os testes da vacina contra a Covid-19, desenvolvida pela Universidade de Oxford, foram suspensos após suspeita de reação adversa em um voluntário no Reino Unido. Ao ser comunicado oficialmente pelo laboratório AstraZeneca, o Ministério da Saúde se posicionou – reforçando o compromisso em garantir à população brasileira acesso a uma vacina segura e eficaz.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, afirmou nesta quarta-feira (9/9), durante coletiva de imprensa em Brasília, que a saúde da população brasileira é a prioridade do governo federal e da pasta. “Não buscamos apenas uma vacina contra a Covid-19, buscamos e estamos investindo em uma vacina segura e eficaz, em qualidade e quantidade necessárias para imunizar todos os brasileiros”, reiterou.

O secretário também destacou que o Brasil, por ser um país de dimensões continentais e com mais de 210 milhões de habitantes, precisará de uma logística robusta, priorizando os grupos de risco – como idosos, profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à pandemia, profissionais de segurança,

---

<sup>12</sup><https://veja.abril.com.br/saude/coronavirus-relatorio-indica-quem-deve-tomar-a-vacina-primeiro/>

educação, entre outros, de acordo com estudos em andamento. “*Ainda não sabemos o quanto o cronograma previsto será impactado em razão da suspensão dos testes. É preciso aguardar e avaliar*”, explicou.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47450-ministerio-da-saude-reforca-compromisso-em-garantir-uma-vacina-segura-e-eficaz-contra-a-covid-19>

## 4.5. Atividades Importantes do Legislativo

4.5.1. Câmara dos Deputados aprova penas maiores para desvio de recursos públicos reservados à pandemia.

O Plenário da Câmara aprovou, em 1º de setembro, o Projeto de Lei 1485/2020 que aumenta as penas de vários tipos de crimes ligados ao desvio de verbas destinadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública. O projeto dobra as penas para crimes cometidos por funcionários contra a administração pública, como corrupção passiva, peculato e emprego irregular de verbas públicas. Também duplica para corrupção ativa. O texto será enviado ao Senado<sup>13</sup>.

4.5.2. Comissão externa da Câmara dos Deputados debateu impacto da pandemia nas populações negras e quilombolas.

A comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha ações de combate ao novo coronavírus promoveu audiência pública virtual, em 26 de agosto, para discutir o impacto da pandemia de Covid-19 nas populações negras e quilombolas. Na oportunidade, representantes de entidades ligadas ao movimento negro e às comunidades quilombolas cobraram mais atenção, por parte do governo federal, a esses segmentos da população durante a pandemia de Covid-19<sup>14</sup>.

4.5.3. Senado aprova registro étnico-social com dados de pacientes de covid-19.

Em 28 de agosto foi aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei n.º 2.179/2020 que pretende obrigar os hospitais a registrarem informações sobre a raça, cor, etnia indígena, idade, sexo, condição de deficiência e socioeconômica, ocupação e localidade de origem do paciente com o novo coronavírus. A proposta estabelece que as autoridades de vigilância epidemiológica vão consolidar essas informações num banco de dados específico e prevê pena para eventuais vazamentos de dados privados dos pacientes<sup>15</sup>.

4.5.4. Senado aprova uso de recursos federais para garantir retorno mais seguro de atividades escolares.

O Plenário do Senado Federal aprovou, em 1º de setembro, o PL 3.892/2020 que autoriza estados, municípios e Distrito Federal a usarem recursos de repasses federais para ações preventivas e de adaptação contra a covid, necessárias

---

<sup>13</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/688996-camara-aprova-penas-maiores-para-desvio-de-recursos-publicos-reservados-a-pandemia/>

<sup>14</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/687744-REPRESENTANTES-DE-NEGROS-E-DE-QUILOMBOLAS-CRITICAM-RESPOSTA-DO-GOVERNO-A-COVID-19>

<sup>15</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/senado-aprova-registro-etnico-social-com-dados-de-pacientes-de-covid-19>

para um retorno mais seguro às aulas presenciais nas escolas públicas. O projeto segue para análise da Câmara dos Deputados<sup>16</sup>.

4.5.5. Senado aprova projeto que estende uso de recursos contra a covid-19 até 2021.

No dia 09 de setembro o Senado Federal aprovou o PL 4.078/2020, que estende o prazo, até 31 de dezembro de 2021, para que estados e municípios utilizem os recursos recebidos da União para ações de enfrentamento da pandemia. O prazo atual se encerra no final de 2020. O texto será enviado à Câmara dos Deputados para análise<sup>17</sup>.

## 4.6. Propostas

### 4.6.1. Relevância do PL n.º 4.171/2020:

Destaca-se a apresentação do Projeto de Lei nº 4.171/2020 de autoria do Deputado Federal General Peternelli, do Deputado Federal Francisco Jr. e outros. A proposição objetiva conferir maior transparência no acompanhamento dos repasses federais aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, criando o SIAFI Nacional.

Foi apresentado Requerimento de Urgência, objetivando conferir celeridade à tramitação da referida proposição parlamentar. Presentemente, o Requerimento de Urgência aguarda o atingimento do quantitativo necessário de assinaturas.

### 4.6.2. Relevância do PLP n.º 213/2020:

Durante a audiência pública dessa Comissão, realizada em 24 de agosto de 2020, a Senadora Eliziane Gama destacou a apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 213, de 2020, de sua autoria, que institui a Renda Básica da Primeira Infância para crianças de zero a seis anos de idade, custeada por tributação progressiva. Na oportunidade, o convidado Paulo Nogueira Batista Jr., Ex-diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), reforçou a ideia da tributação dos mais ricos como caminho para alcançar a justiça tributária e como fonte para a instituição de políticas sociais<sup>18</sup>.

4.6.3. Necessidade de elaboração um plano nacional de futura vacinação contra a COVID-19.

Propõe-se o acompanhamento, junto ao Ministério da Saúde, quanto ao andamento da elaboração de um plano nacional de futura vacinação contra a COVID-19. O Tribunal de Contas da União – TCU determinou à Casa Civil da Presidência da República, que seja elaborado o planejamento da imunização da população brasileira<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/01/senado-aprova-uso-de-recursos-federais-para-garantir-retorno-mais-seguro-de-atividades-escolares>

<sup>17</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/09/vai-a-camara-texto-que-da-mais-um-ano-para-uso-de-recursos-contr-covid-19>

<sup>18</sup> Notas Taquigráficas: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9807>

<sup>19</sup> <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/destaques-da-sessao-plenaria-de-12-de-agosto.htm>

O Ministério da Saúde publicou Resolução n.º 8, de 09 de setembro de 2020<sup>20</sup>, que institui Grupo de Trabalho para a coordenação de esforços da União na aquisição e na distribuição de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

Dentre as competências do supracitado Grupo de Trabalho, consta: colaborar no planejamento da estratégia nacional de imunização voluntária contra a Covid-19. O Grupo de Trabalho terá a duração de até noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período. Em até dez dias do final do prazo, o Coordenador do Grupo deverá encaminhar relatório final ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### 4.6.4. Acompanhamento da evolução da transparência relativa à taxa de ocupação de leitos de UTI.

No transcurso da audiência pública realizada em 08 de setembro, nessa Comissão Especial, em resposta ao questionamento da Senadora Eliziane Gama, quanto a necessidade de ampliação da transparência nos dados de ocupação de leitos de UTI em âmbito nacional, o convidado Jacson Venâncio Barros, Diretor do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, explicou:

“Há muita coisa a ser feita ainda em relação à troca de informações. Nós construímos um sistema de notificação compulsória para que todos os estabelecimentos de saúde pudessem apontar diariamente os seus leitos, dividido em seis variáveis, que compreendem a quantidade de pessoas deitadas naquele dia, a quantidade de altas e a quantidade de óbitos”<sup>21</sup>.

Segundo o Diretor do DATASUS, a expectativa é montar um gráfico com essas informações para se ter uma noção diária da taxa de ocupação hospitalar.

#### 4.7. Conclusão

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Como sugestão, salienta-se a necessidade de ampliação do sistema SIAFI, o que pode ser levado a efeito com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.171/2020. Para tanto, imperioso se faz o atingimento do número de assinaturas necessárias para a admissão do Requerimento de Urgência.

Precisamos reforçar a relevância do cumprimento das metas do Programa Nacional de Imunização – PNI, pois vacinas salvam vidas, previnem doenças e, conseqüentemente, otimizam investimentos em saúde pública. Dados do Ministério da Saúde, de 07 de setembro, apontam que a cobertura vacinal está em 51,6% para as imunizações infantis. Importante ressaltar que o ideal é que ela fique entre 90% e 95% para garantir proteção contra doenças como sarampo, coqueluche, meningite e poliomielite. Com o baixo índice de imunização, doenças já erradicadas no Brasil voltam a surgir. É caso do sarampo, cerca de 7,7 mil registros já foram confirmados no país até o início de agosto<sup>22</sup>.

Devemos destacar ainda que, mesmo com recursos escassos, cientistas brasileiros intensificaram pesquisas com o intuito de colaborar no combate à pandemia da COVID-19. Vale mencionar a criação de respiradores, testes virais,

---

<sup>20</sup><https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-9-de-setembro-de-2020-276627239>

<sup>21</sup> Nota Taquigráfica: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9811>

<sup>22</sup><https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/August/31/Boletim-epidemiologico-SVS-34.pdf>

inteligência artificial para georreferenciamento, dentre outros, desenvolvidos no Brasil. Portanto, é preciso intensificar investimentos em inovação científica e tecnológica. Precisamos de políticas públicas efetivas e de planejamento para o período pós-pandemia, capazes apoiar o saber acadêmico e transformá-los em produtos para a sociedade.

## 5. SUB- RELATORIA Ações de controle a cargo do TCU

No âmbito das ações de controle e fiscalização a cargo do Tribunal de Contas da União, destaca-se a aprovação, na última quarta-feira, 2 de setembro, do Acórdão 2.351/2020, referente à auditoria que analisou a qualidade das informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil. O trabalho é parte do acompanhamento que Tribunal vem fazendo quanto à elaboração e a implementação das medidas aduaneiras e tributárias pelo Governo Federal em resposta à crise do Coronavírus.

Em Acórdão anterior (1.638/2020-TCU-Plenário, de 24/6/2020, relatado pelo Ministro Bruno Dantas) foram apontados indícios de irregularidades graves na gestão do sistema CPF, que contava com cerca de 12,5 milhões de registros ativos além da população brasileira estimada pelo IBGE para o mesmo período. Tal fato levou o TCU a aprofundar a auditoria com o auxílio de recursos de tecnologia da informação e assim enriquecer a avaliação dos indícios encontrados.

O trabalho julgado na última semana avaliou a base de dados do CPF, englobando análises de credibilidade da sua base, de avaliação de tipologias (ou trilhas de auditoria de dados), do processo de regularização de cadastros realizado em 2020 e dos quantitativos de inscrições do CPF em relação à população brasileira, utilizando os dados relacionados ao mês de junho de 2020. Nesse período, a base possuía 254,7 milhões de inscrições do CPF, das quais 226,9 milhões estavam em situação regular, segundo o sistema.

O cruzamento de informações com bases da Administração Pública Federal e Estadual identificou mais de 3,3 milhões de inscrições de CPF, consideradas regulares pelo sistema, com indícios de óbito. Na mesma linha, foram observadas 5.699 pessoas com idade superior a 122 anos e 72.817 pessoas com idade entre 110 e 122 anos, compondo as chamadas pessoas supercentenárias. De acordo com dados atualizados pela *GerontologyResearchGroup* (GRG) em 30/7/2020, atualmente existem 29 pessoas comprovadamente supercentenárias vivas, sendo apenas uma delas no Brasil.

As situações encontradas refletem falta de integração e limitado compartilhamento do CPF com outras bases públicas, bem como insuficiência das verificações realizadas quanto à existência de indícios de falecimento nas citadas bases, além de problemas de qualidade nos registros e comunicações de óbitos no Brasil.

O TCU determinou então à Receita Federal que indique, no prazo de 120 dias, as providências ou os controles que serão tomados para reduzir o número de inconsistências identificadas quanto à avaliação de credibilidade, aos registros de óbito que se encontrem em situação regular, aos registros de supercentenários e às inscrições suspensas há 11 anos ou mais.

Também determinou que, no mesmo prazo, o órgão apresente plano de ação visando estabelecer procedimentos para notificação ativa do cidadão em caso de suspensão de seu CPF, bem como regulamentar prazo limite para um CPF constar na situação 'suspensa' após a notificação do cidadão, incluindo no processo de trabalho a forma de tratamento desses CPFs após o prazo estabelecido.

A Corte de Contas recomendou que a Receita Federal adote medidas para obter acesso a outras bases que tragam informações de falecimentos ou possam servir para comprovar nascimentos, a fim de aprimorar continuamente a base cadastral do CPF, a exemplo do Sistema Nacional de Registros Cíveis - Sirc, do Sistema de Controle de Óbitos - Sisobi, das folhas de pagamentos de benefícios do

INSS - Maciça, do Cadastro Único, das folhas de pagamento de agentes públicos federais - Siape/Extrasiape e das folhas de pagamento de agentes públicos estaduais e municipais.

## 6. SUB-RELATORIA CIDADANIA

A Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus (covid-19), recebeu 264 emendas, tendo sido duas delas retiradas pelo autor.

O tema de maior incidência refere-se ao valor do benefício. Mais de um quinto das emendas apresentadas (60 emendas) pretende elevar o valor das quatro parcelas do auxílio emergencial residual, de R\$ 300 para R\$ 600 mensais, inclusive mediante escalonamento decrescente de valores (de R\$ 600 a R\$ 300 mensais). Há seis emendas que prorrogam o auxílio emergencial de R\$ 600 por mais quatro meses, e três emendas que prorrogam o auxílio emergencial residual por doze meses adicionais, até dezembro de 2021.

Na Câmara dos Deputados tramitam, atualmente, mais de duas mil propostas sobre coronavírus, entre projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de emendas à Constituição. Mais da metade delas foram classificadas nos temas de saúde ou política e administração pública. Em seguida, aparecem, com mais frequência, assuntos ligados a trabalho, previdência, assistência, economia e direitos humanos.

Nesta semana, o Ministro da Cidadania afirmou à imprensa que a proposta do Programa Renda Brasil, que substituirá o Programa Bolsa Família, está pronta e será apresentada em dezembro de 2020, quando forem concluídos os pagamentos da última parcela do auxílio emergencial residual.